

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELIGIÃO NA SALA DE AULA:
O Ensino Religioso Escolar e suas Transformações na História da
Educação Brasileira

JONAS CAMARGO EUGENIO

Porto Alegre
2011

JONAS CAMARGO EUGENIO

RELIGIÃO NA SALA DE AULA:
O Ensino Religioso Escolar e suas Transformações na
História da Educação Brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do grau de licenciado em
História pelo programa de graduação
da Faculdade de História da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Professor Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2011

Lista de Siglas

ANEC – Associação Nacional de Escolas Católicas

CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil

ERE – Ensino Religioso Escolar

FONAPER – Fórum Permanente do Ensino Religioso

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

PJ – Pastoral da Juventude

PJE – Pastoral da Juventude Estudantil

PJR – Pastoral da Juventude Rural

SUMÁRIO

Introdução.....	05
1. Educação e Religiosidade: Um Diálogo Possível.....	10
2. O Ensino Religioso, sua Identidade e a Educação no Brasil ...	22
2.1 O ERE e a Legislação sobre Educação no Brasil.....	22
2.2 ERE e a Busca por uma Identidade : Professores, Currículo e Objeto de Estudo.....	27
3. O Papel e o Compromisso da Confessionalidade no Processo de Educação.....	34
3.1 ERE na Sala de Aula, Ouvindo Professores e Alunos	34
3.2 A Escola Confessional e o Compromisso com a Utopia.....	38
Conclusão	44
Bibliografia.....	46
Anexos	48

INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de Escolas Católicas (ANEC) no Rio Grande do Sul, tem feito um debate no sentido de propor um novo tipo de gestão escolar, que leve em conta as peculiaridades de ser instituição religiosa católica, e que apresente à comunidade educativa o carisma educacional na perspectiva do que seja educação, confessionalidade e catolicidade na ótica das congregações que gestam as escolas. Este debate se fez necessário primeiro para apresentar esta proposta de gestão escolar que a ANEC tem feito às mantenedoras e tem chamado de “Escola em Pastoral” e segundo para refletir o papel da disciplina de Ensino Religioso Escolar (ERE) diante de uma escola que inteira precisa refletir a confessionalidade da instituição. Diante disso o que vemos surgir é uma separação entre a proposta da área de conhecimento (ERE) e a pastoral, que é a prática religiosa no ambiente escolar. Houve um momento em que, por exemplo, algumas escolas de Porto Alegre tinham dentro do ambiente escolar, turmas de catequese para os sacramentos católicos. Essa realidade já é bem menos encontrada, contudo ainda há escolas que mantenham tais turmas.

Para propor um Ensino Religioso que se distanciasse da prática catequética, as escolas tem adotado uma proposta que visa a manutenção do componente curricular como área do conhecimento. O que significa que não apenas irá fugir de uma proposta dogmática de educação, como irá também assumir como objeto de estudo, o fenômeno religioso.

Para este estudo a abordagem feita caminha no contexto dessa separação (Pastoral Escolar/ ERE) que é um movimento contemporâneo e que na dinâmica das salas de aula, ainda causa estranhamentos. A idéia de que a escola não tem o dever de cristianizar seus alunos (pelo menos não de forma direta) passou a ser assumida dentro das escolas católicas num processo de muita discussão e muitas discordâncias. Não são todos os setores da Igreja que entendem com tranquilidade que o papel do professor de ERE é o de mediar saberes que leve em conta a Religião como manifestação do humano, e ainda se atém a perspectivas doutrinárias do ato de educar.

Torna-se fundamental, fazer um olhar para o desenvolvimento do componente curricular que tem como objeto o fenômeno religioso e entender

na lógica da escola confessional o papel de tal componente. Além disso também perceber como os alunos que, embora tenham a possibilidade, de acordo com a legislação de não se matricular na disciplina, a tem como obrigatória nos espaços confessionais, visto que de todas as escolas que participaram da pesquisa, em nenhuma delas há alunos que não participem das aulas de ERE.

O objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica do ERE no contexto das escolas confessionais. Uma vez que a proposta das escolas não é mais a de catequizar, mas sim a de debater a religiosidade a partir de conceitos mais amplos apropriados sobretudo das ciências humanas, nota-se o surgimento de um descompasso de discursos que põe os diversos atores da comunidade escolar em dúvida e cria dimensões e tensões entre professores, pais e alunos. Quando uma família busca um escola confessional, ela pressupõe que seu filho terá ali a vivência de valores que a escola e sua confessionalidade consideram adequados. Contudo, sabemos que o discurso da instituição Igreja, vindo desde Roma é, sob o olhar de um adolescente, a menos que se trate de um caso muito isolado, um discurso que não apresenta atrativos. As propostas das escolas que funcionam de acordo com o mercado e portanto, tem nas famílias e nos alunos os seus clientes, precisa ser adequada para atrair e seu público consumidor, mas também precisa garantir aquilo que lhe é peculiar, a fé católica. Nessa dinâmica, foi preciso olhar para a sala de aula e para a legislação educacional que embora não se aplique diretamente às escolas particulares, mas na sua abordagem da educação básica no que tange a presença da religião na sala de aula, proíbe o uso de linguagens e práticas proselitistas, e reformular suas formas de agir e interagir com o conhecimento a partir do fenômeno religioso.

Para encontrarmos estas tensões, a metodologia que norteou o trabalho, se valeu de conversas e entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos de 4 escolas da grande Porto Alegre. Todas elas apontando para a mesma discussão proposta pela ANEC e mencionando o ERE como área de conhecimento que trata do fenômeno religioso como objeto. Para melhor apreendermos então o objeto de que fala o pressuposto que norteia a ação das escolas confessionais de acordo com a orientação da ANEC, tentamos fazer aproximações teóricas que permitam ao leitor acessar aquilo que do ponto de

vista de alguns especialistas é a religião e o ato humano de ter fé, percebendo que de acordo com as transformações na sociedade, esta noção também mudou. Desde o aparecimento da religião entre os homens, até os dias de hoje em que a fé se torna elemento individualista e forma de consumo, as relações entre os humanos e suas práticas sociais estiveram mais ou menos ligadas ao Transcendente.

No primeiro capítulo o que apresentaremos é uma aproximação teórica do debate sobre o Fenômeno Religioso observando-o como elemento presente na humanidade e que tem um vínculo com o conhecimento que não pode ser descartado. Observamos que a escola por se valer do discurso científico a respeito da vida, pode cair na desconsideração dos saberes religiosos. E no caso da escola confessional, pode apresentar, por um lado uma visão calcada na ciência (Visto que as escolas confessionais são todas particulares e atendem à classe que busca aprovação nos vestibulares mais concorridos) e por outro uma visão dogmática. Imaginemos a seguinte cena: um aluno do ensino médio que tem uma aula de biologia em que vai aprender a identificar traços evolutivos em certa espécie de mariposa, e logo em seguida entra um outro professor que irá dizer-lhe que o mundo foi criado por Deus. Os traços evolutivos da mariposa será um conhecimento validado para este aluno no vestibular. Enquanto que o mundo foi criado por Deus, entrará para o rol das suas referências de saber como uma bobagem dita por um professor despreparado, numa instituição proselitista. Apresentar algumas chaves de leitura para o fenômeno que pudesse aproximar os discursos e até mesmo fazer um olhar mais científico sem perder aquilo que é próprio da religiosidade, foi um esforço que permeou a escrita deste capítulo.

O que norteia o segundo capítulo é encontrar na história da educação no Brasil, as aproximações e afastamentos que a Igreja e o Estado foram tendo ao longo da presença católica no Brasil (desde o descobrimento) e como a sala de aula foi sendo palco desta relação. Encontramos na legislação pequenas variações de uma lei para a outra, mas estas variações denotam como o componente curricular ERE foi sendo utilizado como moeda na relação Estado - Igreja. Junto disso foi importante encontrar referências para apontar uma identidade ao ERE, observar o caminho percorrido Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso desde o seu surgimento foi importante para

compreendermos os movimentos feitos pelas escolas e pela Igreja no sentido de adequar a proposta educativa aos novos tempos tentando manter a sua identidade confessional.

O terceiro capítulo tem por objetivo encontrar o ERE na sala de aula. É neste capítulo que as observações dos alunos irão aparecer. Em uma das escolas eles foram ouvidos em entrevistas em grupos em que podiam falar livremente sobre o tema escola e religiosidade, e uma turma de cada escola e de cada série do EM, respondeu um questionário com questões especificamente sobre o Ensino Religioso escolar. Embora não tenham sido muito citadas, as falas dos alunos permeiam o texto todo. Foi a legitimação do conhecimento por parte dos adolescentes que foi norteando todo o discurso ao longo do trabalho. Legitimar o saber nessa perspectiva, diz respeito ao desejo dos alunos de encontrar sentido naquilo que aprendem. Muitos deles buscam entender a presença do ERE na sala de aula como área do conhecimento e quando há sentido naquilo que os professores estão apresentando, eles falam da experiência de aprendizado dentro do componente, como uma das mais ricas, justamente por poder traçar relações com muitas áreas de saber, principalmente com a história. Como a intenção deste trabalho era também ouvir aquilo que os adolescentes e jovens pensam sobre a sua educação e a maneira como a religião está presente em suas vidas, para então refletir sobre um ensino do fenômeno religioso que leve em conta os movimentos que o recorte populacional chamado de juventude fez-se importante lançar um breve olhar sobre a juventude no Brasil. Para tanto, ao longo de todo o trabalho a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” foi norteadora de muitas reflexões embora não tenha sido muito citada as leituras dos dados da pesquisa e das reflexões que ela suscitou no meio acadêmico, foram de muita valia. Entrevistando mais de dois mil jovens de todas as capitais e de algumas zonas rurais do Brasil, a pesquisa levada a cabo pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, e empreendida entre os anos 2002 e 2003, tentou dar conta de mapear e sinalizar os interesses, problemas e inquietações dos jovens no que diz respeito a temas como trabalho, segurança, família, saúde e religião.

Em outras palavras este trabalho é um olhar sobre o Ensino Religioso na escola confessional, sua história na educação brasileira e alguns dos atores

que dela fazem parte: a escola, o aluno e o professor. Além de buscar em historiadores da religião e da educação um meio termo entre teoria e prática que aponte para uma pedagogia provocativa e instigante.

1. EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

A presença do Ensino Religioso como elemento do currículo nas escolas é um debate de longa data. Marcada pelas aproximações e afastamentos da Religião com o Estado, a transformação do Ensino Religioso em área do conhecimento tem sido um esforço na legislação brasileira (rejeitado por muitos e defendido por outros tantos). desde o surgimento das Leis de Diretrizes e Bases escolas e professores têm se ancorado em outras referências teóricas, que não a Religião e seus dogmas, mas um conhecimento alicerçado por reflexões oriundas das ciências humanas em especial aquelas que se especializam em tratar do fenômeno religioso como é o caso da Antropologia da Religião e da História da Religião, para embasar suas práticas pedagógicas.

Os padres jesuítas chegando ao Brasil junto com os colonizadores e o catolicismo sendo considerado como religião oficial por quatro séculos são fundamentais para entendermos a presença de elementos religiosos na educação brasileira e nos seus parâmetros. A catequese dos índios e mais tardiamente dos escravos e filhos das oligarquias, ainda que considerassem as práticas dos catequizados como demoníacas, são as primeiras experiências de Ensino Religioso do Brasil. Esta presença quase que exclusiva do catolicismo, primeiramente como Religião oficial e mais tarde como aquela em que a maior parte da população se identifica como crente e mais importante ainda, aquela confessada pela elite dominante, pôs a Igreja Católica no Brasil como elemento influente para Estado por muitos anos.

Durante o primeiro Império (1822- 1889) o direito de avaliar e censurar documentos vindos do Vaticano (Padroado) antes exercido pelo Rei de Portugal passou para as mãos do Imperador D. Pedro I, que mantém o catolicismo como religião oficial do império através da carta Magna de 1824.

A independência do Brasil em 1822 alterou, ao menos no papel, o quadro educacional. A Lei Geral de 15 de outubro de 1827, no art. 179, parágrafo XXXII, autorizou os governantes das províncias a instalarem escolas de primeiras letras gratuitas a todos os cidadãos. Mas uma sociedade economicamente rural, fundada sobre a exploração da força de trabalho escrava, a formação escolar não interessava à elite dominante, pois seu desejo era manter o controle sobre o conjunto das classes menos abastadas. Por isso as leis e as iniciativas imperiais,

para desenvolver o setor educacional favoreceram apenas uma parte restrita da população. (MARCONDES, 2004 p.2)

Com o rompimento entre a Igreja e o Estado decretado pelo Governo provisório em 1889, surge a necessidade por parte da Igreja de tentar da maneira que lhe fosse possível, manter a sociedade “católica”. Uma série de empreendimentos será levada a cabo pela Igreja em todo o Brasil, em Porto Alegre de modo especial, a figura de Dom João Becker como Arcebispo irá emergir como um porta-voz deste desejo. Ele irá fundar a Revista Unitas em 1914 como esforço para manter o clero unido e incentivar a intelectualidade católica, sendo através de seus textos um difusor do ideário do catolicismo que tentou “recristianizar” a sociedade durante a república velha. Além do afastamento com o Estado, ainda no início do século XIX surge no Brasil o Protestantismo trazido pelos imigrantes (alemães luteranos no RS, Americanos Batistas em SP) e junto deles as primeiras escolas evangélicas, fato que irá despertar na Igreja Católica uma atenção maior à sua atuação no campo da educação. Um fator que tem historicamente aproximado Governos e Igrejas é a incapacidade dos primeiros de garantirem os direitos sociais.

O fortalecimento de muitas igrejas tem se dado pela lacuna que o Estado deixou e continua deixando no atendimento às necessidades básicas da população. Em 1868 foi promulgada uma lei que eximia o Estado da obrigatoriedade de garantir o ensino secundário, essa brecha acaba dando força para que católicos e protestantes assumam a responsabilidade por este seguimento do ensino básico.

Os Padres Católicos participaram deste movimento, fundando escolas sem vínculo oficial com a Igreja. Os protestantes estabelecidos no Brasil desde o final da década de 1820 ensinavam seus filhos através de escolas “caseiras”, percebendo este movimento, também entraram oficialmente no cenário educacional brasileiro. Na medida que se multiplicavam as imigrações, principalmente norte-americanas, multiplicavam-se também os reclamos por igrejas e escolas para seus filhos. Foi assim que, os protestantes fundaram diversas escolas no Sul e no Oeste paulista, a maioria delas sob orientação de líderes maçons e liberais respaldados pelo movimento das elites progressistas embevecidos pelo papel sócio-político e cultural atribuído à educação dos EUA. (MARCONDES, 2004, p.3)

Vamos assim percebendo que a presença do ER nas escolas e mais, a presença da própria religião como mediadora de saberes no Brasil tem sido uma constante tensão entre a cultura representada nos fenômenos de fé, a Igreja como instituição que manifesta interesses políticos, ideológicos, econômicos para além das suas atuações junto aos fiéis e do Estado que recorre à presença eclesial junto à população para, de acordo com os seus interesses, potencializar ou recuar no incentivo à essa presença.

Sob outros aspectos precisamos entender o fenômeno religioso presente nas culturas também como elemento formulador de saberes. Portanto, apresentar uma discussão que articule conhecimento e religiosidade não pode estar vinculada a uma reflexão que não parta do entendimento da religião como tal. Se compreendermos o conhecimento como a gama de relações tecidas pelo humano no seu contato com o mundo e a sua capacidade de codificar e decodificar este mundo a partir dos referenciais armazenados por ele próprio e pelo seu povo ao longo do tempo, temos sim que pensar na elaboração do conhecimento também pelo viés do fenômeno religioso. Mesmo utilizando de outros cabedais de conceitos para entender a presença do sagrado nas sociedades, precisamos encontrar meios de observar a questão religiosa na sala de aula sem cairmos em um debate sobre se a presença do fenômeno como objeto de uma disciplina específica, está de acordo com um país laico ou não.

Retomando uma crítica ao paradigma científico moderno, Mircea Eliade no prefácio de seu livro *Tratado de História das Religiões*¹ faz uma comparação entre um biólogo que, observando apenas as células de um elefante e sem considerar o elefante inteiro tenta explicá-lo todo e um pensador que tente explicar a Religião partindo de apenas alguns aspectos (histórico, sociológico, psicológico). A impossibilidade de tal feito no caso do biólogo também se aplica a uma observação estanque do Fenômeno Religioso, não podemos entender as relações entre a ação humana, seu acúmulo de conhecimento e suas práticas sagradas fazendo uma observação que leve em conta apenas os elementos trazidos por interpretações que falem de um lugar político e econômico. Traçar um histórico das relações entre religiosidade e ensino nos

¹ ELIADE, Mircea, *Tratado de História das Religiões* – 3ª Edição – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

remeteria a própria existência humana. Se a proibição divina ao homem era o fruto da árvore do conhecimento, a própria noção de divino apresentou ao homem chaves de leitura para a apreensão/conhecimento do mundo. O que diferencia um homem das cavernas que, batendo uma pedra na outra, encontra o fogo ou que vê um raio partir uma árvore ao meio e atribui aos dois fenômenos um sentido que lhe escapa, que lhe transcende de um homem que explica o que é o atrito, a eletricidade, enfim: os conceitos da física que agem nos dois exemplos, é a possibilidade que ambos têm de explicar o mundo segundo seus acúmulos de saber.

No primeiro capítulo do livro do Gênesis, encontramos uma belíssima narrativa poética do surgimento do mundo e da humanidade. Nela o narrador vai contando como Deus foi criando tudo o que existe e vendo que a criação é boa. Quando narra o surgimento das plantas e dos animais terrestres e aquáticos ele já demonstra na narrativa os conhecimentos que foram necessários ao humano para ser chamado de tal maneira. A prática da domesticação de plantas e animais ainda no neolítico é associada à presença de Deus pelo povo hebreu nessa narrativa, mas se compararmos sociedades que ainda hoje se aproximam daquelas neolíticas como é o caso dos aborígenes australianos e dos pigmeus, juntamente com artefatos principalmente imagens de mulheres/deusas com as características da fertilidade (seios e barriga) em destaque, podemos inferir que muito provavelmente ainda no neolítico os homens associavam os ciclos de vida de plantas e animais à presença de divindades. Na mitologia greco-romana, Gaia, a mãe terra, dá origem ao céu, um ser igual a si em tamanho para poder cobri-la inteira e é desse casamento que nascem todos os seres Eliade cita um dos hinos homéricos que diz:

“É a terra que eu cantarei, mãe universal com profundas raízes, avó venerável que nutre no seu solo tudo o que existe... És tu quem dá a vida aos mortais, como és tu quem lhes tira a vida... Bem aventurado aquele a quem tu honras com a tua benevolência! Para ele a vida é uma gleba de boa colheita, nos campos os seus rebanhos prosperam e a sua casa enche-se de riquezas.” (2004, p.193)

Da mesma forma nas mitologias celtas é o casamento da Deusa que dá a vida e fertiliza os campos, garantia de alimento e vida aos humanos.

Voltando à narrativa bíblica, encontramos Deus criando o sol, a lua e as estrelas “Para separar o dia da noite e para marcar festas, dias e anos” (Gn 1, 14) o que esta passagem sugere é que o povo que a escreve, acompanha o movimento dos astros para se localizar no tempo. Esta dimensão do conhecimento não pode ser simplesmente entendida como bobagem e narrativa mentirosa da experiência humana. Elas são fruto de reflexão de entendimento do mundo a partir das leituras que cada povo faz do mundo como ele lhes aparece e segundo os seus acúmulos de conhecimento. O saber religioso é de uma natureza distinta, e seu objeto é igualmente distinto.

O estudo da religião faz parte das ciências humanas (antropológico-histórico-culturais), é fenômeno produzido pelas sociedades humanas, situadas em contextos histórico-geográficos diferentes, para responder às questões fundamentais da existência humana, no seu aspecto de limite, mas também anseio de transcendência: “O homem é único ser que recusa de ser aquilo que é” (A. Camus). Portanto, o objeto específico do Ensino Religioso é o fenômeno e ou o fato religioso, como se expressam em seus símbolos, crenças, instituições, personagens-fundadores, textos sagrados, códigos morais, cosmovisões acerca do mundo, da vida, da morte, do futuro. (...) O próprio Saramago certa vez disse: “Eu sou cristão”; ele quis dizer que o seu horizonte de compreensão do mundo e da história passa pela mediação da cultura bíblico-cristã. (COSTELLA,2004, p. 103)

A relação que se desvela a partir das relações entre conhecimento, história e religião vão apontando uma perspectiva de atuação docente que possa levar em conta estes campos do saber de forma integrada. Para além de uma história das religiões que privilegie as relações entre política e religião, tão premente nos estudo da cultura ocidental, a aproximação de História e Ensino Religioso, pode apresentar novas perspectivas para professores das duas disciplinas. Claro está que quando falamos de Ensino Religioso escolar, não estamos pensando em aulas de catequese na escola. Como veremos mais adiante, na história da educação brasileira, as aproximações entre Igreja e Estado já puseram nas constituições e mesmo na legislação de diretrizes e bases o Ensino Religioso com diferentes status e diferentes apontamentos para a maneira de trabalhá-lo. Praticamente todas as escolas católicas da cidade de Porto Alegre (nenhuma das pesquisadas demonstrou interesse diferente) adotam o ERE como área de conhecimento e deixam para a Pastoral Escolar a função de garantir a identidade católica da Escola.

Observando alguns momentos da história humana vamos nos dando conta de que a presença do pensamento religioso em relação ao pensamento científico também remonta às relações políticas e ao contexto em que tal presença se dá. Em fala na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em agosto de 2010², o filósofo e crítico literário inglês Terry Eagleton inicia questionando os presentes sobre porquê na última década temos visto ressurgir de maneira tão enfática o debate acerca da existência ou não de Deus. Em publicações pelo mundo todo há uma nova onda de ateístas buscando apresentar à sociedade provas de que Deus não existe. Este esforço teria ganhado proporções gigantescas a partir dos atentados de 11 de setembro e transformado o “novo ateísmo” em uma arma intelectual da guerra ao terror, uma tentativa de deslegitimar a fé, uma vez que seria ela a maior motivação dos atentados. Por outro lado chama atenção a presença de um forte discurso religioso também por parte dos Estados Unidos da América, neste episódio. Quando da inauguração do memorial às vítimas dos atentados, em 11 de setembro de 2011, dez anos após a queda das torres gêmeas, o presidente norte-americano, Barack Obama, leu como parte do seu discurso o Salmo 46, que enfatiza a presença de Deus ao lado dos seus escolhidos. Uma guerra entre o bem e o mal, entre um Deus ocidental e Allah.

Quando apresentada como uma discussão abrangente, que não está limitada a debater dogmas e questões morais, a religião se configura como um assunto de grande interesse entre jovens e adolescentes. Comentando os dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, Regina Novaes irá dizer:

Nessa pesquisa declarou-se ateu apenas 1% dos entrevistados. A religião ocupou um lugar surpreendente entre os assuntos que os jovens gostariam de discutir não só com os pais, mas também com os amigos e com a sociedade. Além disso, na parcela de 15% de entrevistados – por meio de respostas espontâneas e múltiplas-declararam - participar de grupos de jovens, no topo do ranking estavam “os grupos de Igreja”. Também nas respostas estimuladas sobre participação em associações e entidades, mais uma vez o “grupo religioso” se destacou. Chamou a atenção ainda, entre as coisas que eles mais gostam de fazer no fim de semana, o destaque para a alternativa “ir à missa/ igreja e culto”. Por fim, compreender que entre os valores mais importantes para uma sociedade ideal um número significativo de jovens destacasse o “temor a Deus”. (2005, p. 263)

² Pode-se assistir à trechos da fala de Terry Eagleton na edição de 2010 do ciclo de palestras “Fronteiras do Pensamento” no seguinte link: <http://www.youtube.com/watch?v=yKA1JN5ZVfo>

Na mesma pesquisa, percebe-se uma mudança substancial na maneira dos jovens se relacionarem com a fé. Se em momentos anteriores o quadro das religiões no Brasil estava dividido entre católicos e “evangélicos”³ hoje surge um novo grupo de crentes sem religião. O descrédito por que passam as instituições, incapazes de oferecer conforto e seguranças em tempos de crises e de mudanças muito rápidas no campo da tecnologia e das relações, atinge partidos políticos, igrejas e até a escola.

Apesar do reconhecimento da importância das instituições socializadoras tradicionais, as profundas transformações observadas nos últimos cinquenta anos do século XX produziram impactos significativos nas formas como as relações entre idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas. Por essas razões, além do tema da *desregulação* das etapas (Peralca,1997) e de sua *descronologização* (Atias-Donfut, 1996) têm sido recorrente a idéia de que se observa, também, um processo de *desinstitucionalização* da condição juvenil. (SPOSITO,2005 p.223)

Não é função dos componentes curriculares, entre eles o ERE (Ensino Religioso Escolar) empreender um esforço de retomada ou mesmo de afirmação de uma fé específica. Ainda que esteja presente em uma escola confessional, para o caso desta pesquisa, católica. Como componente curricular é dever do Ensino Religioso “criar condições para melhorar a convivência entre pessoas pelo conhecimento, isto é, construir os pressupostos para o diálogo” (COSTELLA, 2004, p.101) Este pressuposto, presente também nos parâmetros curriculares não é unívoco nem consensual entre escolas e redes de escolas católicas. Contudo, naquelas pesquisadas, todos os professores e coordenadores pedagógicos afirmam que o Ensino Religioso em suas escolas, especialmente para o ensino médio, é trabalhado como área do conhecimento e não como confessional. Uma leitura do comportamento juvenil com relação à religião aponta para um Ensino Religioso que abranja a convivência e um entendimento das instituições e seu papel no cotidiano.

O Ensino Religioso aqui na escola é muito importante, pois aponta para os problemas da sociedade hoje. Temos que entender de história, de geografia, até um pouco de literatura às vezes para entender o que se passa hoje, mas é o Ensino Religioso que abre isso tudo numa aula só. O bom é que não ficamos naquela coisa de

³ As religiões Evangélicas aqui entendidas como as protestantes e neo-pentecostais.

falar só sobre Deus em todas as aulas. (Aluna do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Santa Teresa de Jesus de Porto Alegre)⁴

Com relação à educação católica, é a partir do Concílio Vaticano Segundo em 1965 que o debate sobre o trato da religião nas escolas católicas começa a abandonar o proselitismo religioso e passa a buscar um modelo menos catequético. Reconhecendo o papel das congregações religiosas que mantêm escolas, o vaticano irá dizer:

O Concílio sublinha portanto, como característica específica da escola católica, a dimensão religiosa: a) no ambiente educativo; b) no desenvolvimento da personalidade juvenil; c) na coordenação entre a cultura e o evangelho; d) de modo que tudo seja iluminado pela fé.⁵

O Conselho Permanente da CNBB “considera o ERE como processo de educação da dimensão religiosa de educadores (pais e mestres) e educandos, no pluralismo da Escola oficial, para ajudá-los a dar resposta pessoal a Deus no quadro da sua comunidade religiosa e encontrar o sentido último de sua existência” (Ata 3, nº 2-23, 30-31, in: Comunicado Mensal nº 423 – CNBB, agosto de 1988). A resposta ao pluralismo é um esforço que a educação como um todo tem o dever de proporcionar. A partir do Concílio Vaticano Segundo, uma série de reflexões dos Bispos, sobretudo dos Latino-Americanos, apontou para uma relação da Igreja com os Jovens, sobretudo com aqueles presentes na instituição. No Brasil, durante os anos de ditadura, muitos foram os jovens, padres e Bispos perseguidos pelo regime, por fazerem uma leitura teológica da relação entre a fé e a sociedade que de alguma forma questionaram o sistema político vigente. Fato que confirma o posicionamento de Gandin (1995) ao dizer que para *Puebla* (1979), não só os progressistas de organizaram, mas os conservadores mostraram sua força. Estes consideravam que *Medellín* (1979) já havia ido longe demais.

Para os bispos reunidos em *Puebla* (1979) a juventude “é uma atitude frente à vida numa etapa transitória” e seus traços característicos “são o espírito de aventura, a capacidade criadora, o desejo de liberdade e o fato de

⁴ Respondendo ao questionário em anexo sobre a importância do ERE na escola.

⁵ Carta do Vaticano às congregações religiosas que trabalham com educação presente no site: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880407_catholic-school_po.html Visitado no dia 02/10/2011.

serem sinal de alegria e felicidade, exigindo autenticidade e simplicidade” (CNBB, 2007, art. 175).

Os jovens são a esperança da Igreja e têm o papel de dinamizá-la. Os encaminhamentos dados nesta Conferência foram para uma prática pastoral que levasse em conta a realidade social dos jovens, orientando sua opção vocacional, oferecendo elementos para a transformação e proporcionando uma participação maior e mais ativa da juventude na Igreja (CNBB, 2007, art. 177).

A Igreja tem no seu interior, praticamente desde o seu surgimento, uma série de tensões que apontam diferentes caminhos para os fiéis. A teologia da Libertação na América Latina foi perseguida no seu auge tanto pelas forças políticas quanto pelas eclesiais. As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), tinham inclusive planos próprios para uma educação comunitária, muito próximo daquilo que atualmente é feito pelas escolas itinerantes do MST. A educação católica acaba sendo central no debate sobre a presença da Igreja junto aos jovens.

Ao promover o surgimento da Ação Católica, o Papa Pio XI manifesta uma preocupação com os jovens dentro de Igreja, pois daí surge a Juventude Feminina Católica (1932) e a Juventude Católica Brasileira (1935), em um primeiro momento. Com a preocupação voltada para áreas mais específicas, nasce a Ação Católica Especializada. Esta se organizava em Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), o processo de nascimento desses grupos se dá em 1948. A Revolução de 1930, acaba aparecendo como um marco importante da história brasileira que contribui para o surgimento destes movimentos. E mais tarde o Golpe Militar de 1964 contribui para a sua dissolução.

Para os católicos, com a vitória da Revolução de 1930, criou-se a grande ocasião, após 40 anos de ausência pública, de influenciar na reestruturação jurídico-constitucional do país e de apagar, assim, certos aspectos da Constituição de 1891, que criou um Estado sobretudo Laico. As reivindicações católicas, como eram chamadas, resumiam-se praticamente a dois pontos: a estabilidade da família e a educação religiosa do povo, em sua maioria católico. (BEOZZO, 1984, p.30)

A aproximação entre os grupos especializados da Ação Católica nos meios estudantis, inclusive elegendo membros da JUC como presidentes da

UNE, fez com que, a partir de 1964 os movimentos fossem sendo paulatinamente dissolvidos pela CNBB até que em 1966 com a nomeação do então assistente nacional da JUC o bispo Dom Cândido Padin como residencial de Lorena (SP), e ninguém assume o posto junto ao movimento juvenil, fica clara a intenção de desarticular os grupos ligados à política estudantil. E em novembro do mesmo ano a comissão central da CNBB comunica a dissolução definitiva das equipes da JUC, JEC e JIC, as três específicas mais próximas ao meio estudantil.

Após os anos 1980, com a abertura política, alguns grupos inspirados pelos agentes da Ação Católica que sobreviveram às perseguições irão fundar as pastorais da juventude, seguindo inclusive o mesmo padrão de nomenclatura e especificidade: PJR (Pastoral da Juventude Rural), PJE (Pastoral da Juventude Estudantil), PJ (Pastoral da Juventude Paroquial), PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) e PJU (Pastoral da Juventude Universitária).

A Conferência de Religiosos do Brasil (CRB), órgão que representa as congregações (muitas delas atuando no meio educacional) apontou entre suas prioridades para o plano de ação que ficou em vigor de 2007 a 2010:

- Reafirmar o compromisso da vida religiosa consagrada no serviço à vida diante das grandes questões sociais e ambientais, e fortalecer a inserção nos meios populares e em novos espaços de solidariedade e cidadania;
- Cultivar uma espiritualidade encarnada e profética, centrada na Palavra de Deus e na mística do discipulado, aberta à diversidade cultural, religiosa e de gênero;
- Dinamizar a formação inicial e continuada diante da mudança de época, de forma integral, humanizante e geradora de novas relações;
- Ampliar as alianças intercongregacionais, as redes de parcerias, na formação e na missão, e intensificar a partilha dos carismas com leigos e leigas;
- Buscar novas formas de aproximação e presença junto às juventudes.

Dentre outras coisas o esforço por parte da CRB de se aproximar da juventude, tem feito ressurgir um debate acerca do Ensino Religioso nas escolas católicas. Seria ele o responsável por manter a confessionalidade e garantir a presença do carisma da congregação junto aos estudantes? A preocupação de que os professores sejam católicos aparece nas falas de algumas direções de escolas, contudo a prática em sala de aula tem sido pautada pela abertura e diálogo inter religioso. A catolicidade do ambiente escolar deve ser garantida pela Pastoral Escolar (uma pastoral que pense em termos “católicos”, mantendo valores e práticas próprias do catolicismo). Que se diferencia da pastoral estudantil (PJE em vários casos ou grupos de jovens organizados pela própria congregação sem vínculo direto com a CNBB, mas organizados segundo o carisma das congregações mantenedoras).

A juventude tem sido preocupação do governo nos últimos anos, entretanto, isso não acontece apenas na estrutura de organização política, mas também na Igreja; que se mobilizou, em 2006 e 2007, em torno de uma discussão sobre a Evangelização da Juventude, e o fruto desta foi a aprovação do Documento 85 da CNBB na 44ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil. Este Documento foi escrito a várias mãos e várias cabeças. Pessoas que estudam e pesquisam juventude se reuniram para discutir, sugerir, escrever e os jovens dos movimentos e pastorais do Brasil tiveram a possibilidade de estudar o texto base para a construção do Documento e fazer as suas contribuições.

Os grupos de jovens que se reúnem nas escolas são uma maneira que as congregações encontraram de buscar atender às exigências feitas pela igreja no que diz respeito à aproximação com os jovens. O fenômeno de jovens acampados em Roma “velando” pela saúde do Papa João Paulo II e as multidões reunidas nas jornadas mundiais da juventude em Colônia e em Madri são traços de um novo fenômeno religioso juvenil que precisa ser estudado com mais calma, mas que não há possibilidade de fazê-lo neste trabalho. Contudo, as escolas católicas têm encontrado uma forma de lidar com ele que não a via da sala de aula. É evidente que como parte do fenômeno religioso (objeto do Ensino Religioso Escolar) estes grandes movimentos acabam sendo abordados e se tornam inclusive objetos interessantíssimos de estudo.

Logo, há uma preocupação por parte da Educação Católica em manter e estar próxima dos jovens como instituição que busca a cristianização e um processo de educação na fé, o que se percebe é que não é mais o componente curricular ERE que cumpre esta tarefa e sim os grupos de jovens organizados nas escolas e de que fazem parte aqueles alunos que se identificam com o projeto da congregação.

2. O ENSINO RELIGIOSO, SUA IDENTIDADE E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A dinâmica do ERE nas escolas é fruto das visões que o Estado sob a forma de leis que norteiam o Ensino Básico tem a respeito do componente curricular. Vimos que o conhecimento e a Religião podem fazer um diálogo e apontar para uma reflexão que, embora deva considerar outros aspectos do pensamento, são conhecimentos válidos e colaboram no processo de “apreender o mundo”. Vamos observar como as mudanças na legislação brasileira no que dizem respeito à educação trata do ERE e quais os desdobramentos que estas visões tem na prática da sala de aula.

No âmbito escolar, sabemos que o Ensino Religioso não goza de uma visão muito positiva por parte dos alunos. É muito comum ouvir que a disciplina não reprova e que não existe preparo por parte dos professores. Esta realidade se expressa no ERE, por vários fatores, dentre eles a real falta de preparo dos professores escolhidos, uma vez que não há no Brasil curso de licenciatura plena para tal componente curricular. Por outro lado, encontramos um esforço que parte dos próprios professores e instituições interessadas de debater e constituir linhas de ação comuns que orientem professores e coordenações. O FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) por exemplo é um esforço conjunto que tem apontado para a formação de uma identidade mais coesa e uma delimitação mais clara do objeto de estudo de que trata o Ensino Religioso como área de conhecimento.

2.1 O ERE e a Legislação sobre Educação no Brasil

Um estudo que proponha a relação entre a história e o Ensino Religioso Escolar, precisa levar em conta aquilo que é dito sobre ambas as disciplinas no entendimento legal. A dinâmica que vem regendo a presença da religião na sala de aula tem acompanhado os movimentos políticos que aproximam e afastam Igreja Católica e o Estado. Embora a presença de outras expressões religiosas desde o século XIX, é a igreja Católica Apostólica Romana que irá protagonizar o debate sobre a presença do ensino da religião, de modo especial, na educação pública. Tanto que a maior parte dos estudos que

serviram de referência para esta pesquisa tratam quase que exclusivamente do debate sobre a escola pública e o Ensino Religioso. Tanto que mesmo na legislação não há um enfoque específico sobre o ERE nas escolas particulares. E mesmo sobre a escola pública é muito tímida na maneira de abordar:

“Quanto ao ensino religioso, sem onerar as despesas públicas, a LDB manteve a orientação já adotada pela política educacional brasileira, ou seja, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas, mas é de matrícula facultativa, respeitadas as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis” (art. 33 da LDB).

Grande parte do debate sobre o Ensino Religioso nas escolas liga-se à preocupação da Igreja com a catequese. Ao longo de toda a história da educação no Brasil o esforço ao falar da religião na sala de aula era o de separar ou aproximar dependendo do momento, as doutrinas dos conhecimentos básicos. O Regime de padroado, até 1890, conduz todo o processo de formação religiosa do povo brasileiro, tendo o ensino religioso como um dos elementos de sua sustentação ideológica

Uma vez mantido o regime de padroado, agora mais impregnado da ideologia regalista, a religião, subjugada a tal esquema, marca passo no mesmo lugar por um bom espaço de tempo. (FIGUEIREDO, 1995, p. 58).

Igreja e Estado andam juntos. A evangelização legitima a proposta educativa do estado e da Igreja, que no momento, estão muito próximas graças ao regime de padroado.

É no final do séc. XIX que o ensino religioso, compreendido também como catequese complementar da escola, é efetivado como instrumento de defesa, frente às tendências de resistência ao modernismo, como acontecia na Europa, diante das conseqüências da revolução francesa. Os programas de ER nas escolas católicas deixam transparecer entre outras tal preocupação, principalmente em se tratando da maçonaria que, de certa forma, influencia na política educacional, orientando setores políticos na difusão da idéia de distinção entre catequese, como tarefa da comunidade de fé, sob os cuidados da família, enquanto instituição religiosa é realizada apenas de forma complementar na escola, sendo esta considerada como parte do sistema global de ensino. (FIGUEIREDO, 1995, p.63)

O Padroado será extinto apenas em 1890, dando fim ao sistema que definiu, sob o ponto de vista ideológico, a presença da religião na educação.

Contudo é com o surgimento das Leis de Diretrizes e Bases, nos anos 70, que o ERE irá figurar como elemento obrigatório para os ensinos Fundamental e Médio.

Desde os tempos imperiais até hoje as discussões sobre o Ensino Religioso no Brasil perpassam por três pontos principais: a permanência ou não como disciplina regular do currículo; a identidade desta disciplina e dos seus conteúdos e a formação do professor de Ensino Religioso, fato que pode ser mensurado através das normatizações da disciplina ao longo de nossa história. Todas essas questões envolvem interesses debatidos na esfera política, onde de um lado há os defensores do Estado laico – que apregoam a retirada do Ensino Religioso das escolas -, e do outro, aqueles que defendem o Ensino Religioso como componente indispensável da formação cidadã e moral dos brasileiros, e ainda, os que buscam uma integração destas duas perspectivas.

O Ensino religioso durante o período colonial trata-se do ensino da religião, privilegiando o conteúdo doutrinário, para não fugir do esquema europeu, fiel às normas do concílio de Trento, a salvaguardar as verdades fundamentais da fé católica. (CASSEB, 2009, p. 01)

Ainda no império, o tratamento do Ensino da Religião fica expresso da seguinte maneira:

Art. 6 Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes, proporções, as noções, mais geraes de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a historia do Brasil ⁶

Com a implantação do Regime Republicano, devido à sua forte influência positivista, os aspectos antes relacionados à religiosidade, serão assumidos como obra de responsabilidade do estado. A educação, o matrimônio e os sepultamentos que até então estavam sob a tutela da Igreja, viram competência do Estado que se quer livre da Igreja, autorizando contudo a liberdade de culto. Segundo a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, a educação religiosa deveria ser ministrada pelas diferentes confissões religiosas nos seus espaços institucionais (Paróquias, salas de catequese, etc) e não nos espaços públicos.

Art. 72 § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse

⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. Documentos complementares do Império do Brasil [15 outubro 1827]. In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996. p. 142. v. 1.

fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum (...) § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados⁷

Em 1934 a constituição irá tornar a oferta do ERE obrigatória pelas escolas (E no horário normal de aula), contudo, facultativa para os alunos. Segundo o Fórum Nacional Permanente para o Ensino religioso (FONAPER) é a lei criada nesta constituição que irá inspirar toda a legislação acerca do ERE no Brasil até as LDB. Transformar o ER em facultativo para os alunos, de acordo com a confissão do próprio aluno ou com as indicações de pais ou responsáveis irá mexer com muitos interesses, os das Igrejas, sobretudo põe em debate a questão da liberdade religiosa e o princípio de laicidade do Estado.

Art. 153 O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais⁸

Em 1941, a lei orgânica irá reinserir o ERE nas escolas propondo um rompimento entre prática religiosa e o ensino. Esta iniciativa será tomada por pedido da própria Igreja Católica, no desejo de se reaproximar do Estado, uma vez que o ERE havia sido abolido pelo governo de Getúlio Vargas. O discurso utilizado para convencer os legisladores a aprovarem o ERE como parte do currículo das escolas será muito parecido com o que ainda hoje é presente nas justificativas dos defensores do Ensino Religioso nas escolas de ensino fundamental e médio. “O argumento utilizado apoiava-se no papel da religião como ação moderadora na sociedade, pois lhe cabia o ensino de valores e atitudes cristãs que contribuiriam para a paz e para a tranqüilidade social.” (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4024/61, a disciplina de ER será inserida nos currículos, sendo de matrícula facultativa e sem oferecer ônus ao Estado, o que significava que quem iria ministrar as aulas, estaria sendo remunerado pela Igreja, de modo geral por um

⁷ Id. p. 142

⁸ Id. p. 320

representante oficial da confissão religiosa, o que representava uma série de Padres professores atuando nas escolas públicas. Após o golpe de 1964, as abordagens educacionais que eram feitas nas aulas de Ensino Religioso serão difusas no conteúdo de Educação Moral e Cívica, com o intuito de formar o caráter e a moral adequada ao regime, a LDB irá dispor da seguinte forma: “Art. 7 [...] Parágrafo único – O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei 5.692/71).

Durante os anos 80, o debate sobre a presença do Ensino religioso na sala de aula volta a aparecer desta vez pautado inclusive por manifestações populares. Na constituição de 1988, a emenda popular que deu entrada na Assembléia Legislativa e que versava sobre o ERE, foi a segunda maior.⁹

Na década de 90, as proposições que irão surgir modificarão pouco o texto legal. Foram apresentadas três propostas de mudança do texto. O primeiro pelo deputado Nelson Marchezan (PSDB – RS) no projeto de lei Nº 2.757/97 e propunha a retirada da expressão “sem ônus para os cofres públicos” que se mantinha até então. Tal mudança foi proposta entendendo que se é dever do Estado a educação e do ponto de vista legal o ERE é proposta assumida constitucionalmente como parte da educação básica, é dever do estado arcar com os custos. No projeto Nº 2.997/97, de autoria do deputado Maurício Requião (PMDB – PR), havia uma proposta mais profunda de modificações, trazendo a tona a relação entre o Ensino Religioso e a cultura brasileira, e propunha parâmetros curriculares nacionais. O projeto Nº 3.043/97 de autoria do Poder Executivo propôs que seja mantida intacta a LDB, contudo sem a aplicação do Artigo 33 quando o Ensino Religioso adotar caráter ecumênico, vedando proselitismos e promovendo a educação do senso religioso. Contudo, o debate sobre a identidade e a função de tal disciplina foi muito aprofundado com a criação de grupos organizados e fóruns permanentes com o intuito de aprofundar e debater as questões pertinentes. O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, instalado em SC no ano de 1995, será uma instituição importante quando da última movimentação legal no que

⁹ A emenda popular sobre o ERE para a constituição de 1988, contava com 78.000 assinaturas.

tange o ER. Em 17 de junho de 1997, a apresentação por parte do Deputado Roque Zimmermann (PT – PR) da emenda que garante o ER de matrícula facultativa e que constitui disciplina de horário normal vedada à qualquer tipo de proselitismo, é fruto da articulação promovida por este fórum. A instalação do FONAPER em setembro de 1995, contribui para direcionar a reflexão sobre a identidade do ERE. O Fórum tem como função ser um espaço de reflexão pedagógica voltado para o educando e seus direitos de educação e da busca ou não por explicações do Transcendente.

2.2 ERE e a Busca por uma Identidade : Professores, Currículo e Objeto de Estudo

Cabendo ao Estado, por delegação da sociedade, a educação do ser humano em todas as suas faces, preparando-o para interagir com as diferenças, com a pluralidade de expressões culturais e amadurecer nas esferas de que é formado, deve caber ao estado também a preocupação com aqueles aspectos que produzem no ser humano a sensação de pertencimento trazida pela inserção em uma comunidade de fé. O debate científico nesse caso tem grande importância. Uma vez que, segundo o paradigma moderno da ciência, aquele conhecimento derivado de experiências religiosas tem valor inferior àquele provado por vias científicas. Nas ciências humanas o pensamento religioso é tido como inferior nos escritos de Comte e como “ópio do povo” nos de Marx.

O ERE sofreu um lento processo de alteração em consequência das influências do desenvolvimento do Estado, sua autocompreensão e, portanto, das opções políticas. Desde o início da história do Brasil esse ensino tomou novas formas no contexto da educação e passou a ser desenvolvido como ensino religioso confessional cristão que pode ser abordado a partir de três concepções diferentes: ensino religioso Ecumênico (que leva em conta as doutrinas das matrizes religiosas cristãs), Interconfessional (que aborda o ensino religioso sob a ótica dos valores pregados pelas diferentes matrizes) e o Inter- Religioso (que está aberto ao estudo de diferentes religiões contemplando também matrizes africanas e orientais).

A possibilidade de que o aluno matricule-se ou não na disciplina, garantida pelas constituições foi, aos poucos criando uma grande crise para profissionais e instituições. Há um histórico descaso com professores, aulas e avaliações da disciplina. A questão que merece mais atenção é o hibridismo da política educacional no que tange o debate sobre o Ensino Religioso. Ao mesmo tempo em que permite e garante a presença na sala de aula como componente curricular, a não obrigatoriedade deslegitima a prática docente.

Dentro das escolas pesquisadas, os professores mencionam o Ensino Religioso como área do conhecimento, que leva em conta para além das questões dogmáticas e de valores a serem pregados, uma abordagem da religião a partir de parâmetros mais complexos, a partir de elementos das ciências humanas que tratam do tema, tal como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia.

Entendendo a religião como um objeto que precisa de pressupostos próprios para ser interpretada, o ERE como área do conhecimento terá de situar a experiência religiosa dentro de uma série de categorias que possibilitem o seu entendimento. Por questões éticas e mesmo religiosas, não é papel da escola formar e doutrinar fiéis. Tanto é assim, que se a vivência da fé fosse transportada para espaços que não os lugares sagrados próprios das tradições religiosas, parte fundamental da vivência dos fiéis seria perdida.

A expressão do sagrado não se dá em qualquer ambiente e a qualquer hora. O ritual como tal, que tem a função de congregar e ser o momento de experimentação da transcendência não é pensado se não dentro do lugar da religião, seja a capela, o terreiro, a floresta ou um rio. Deste modo pode-se evitar tanto a banalização da idéia do que é “religioso”, entendido muitas vezes como simples adesão de uma ou outra expressão de fé (usar certas roupas, freqüentar este ou aquele templo), quanto desfaz uma interpretação da religião calcada apenas no dualismo “Sagrado X Profano” uma vez que permite ao estudante um olhar para o tecido social e para as relações existentes entre o discurso religioso e as práticas sociais.

A relação proposta por este trabalho visa apresentar um olhar sobre a colaboração e as interações feitas em sala de aula durante as aulas de Ensino Religioso e que levam em conta um diálogo com a História. Sobre o ensino de história, o artigo 26 da LDB diz: “§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em

conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.” Entendido como área do conhecimento o Ensino Religioso não pode pensar a cultura brasileira (Todos os currículos das escolas pesquisadas fala de “compreender a cultura brasileira” ou de “Religiosidade Brasileira”) sem levar em conta isto que a lei aplica à história. A menos que se queira aqui entender “formação do povo brasileiro” como misturas étnicas que dão diferentes características físicas à população. Da mesma forma, se o desejo do professor é aproximar dos alunos uma reflexão sobre Judaísmo, Islamismo e Cristianismo na contemporaneidade, ele não poderá se esquivar de um olhar sobre o território de Jerusalém, seus símbolos, espaços sagrados e conflitos étnicos que dominam o lugar desde a antiguidade e cuja história recente chega à Segunda Guerra e às intervenções da ONU no território palestino.

Pensar uma proposta de trabalho que integre História e Ensino Religioso não se pauta apenas pela interação dos conteúdos de uma e outra disciplina, mas precisa de uma visão sobre o ensino e a educação que não fique fechada em pressupostos que fomentem a intolerância de um lado e o cientificismo de outro. O movimento que os alunos esperam da proposição de conteúdos com significado diz respeito, segundo as falas dos próprios alunos, não apenas à ética e à moral, aspectos muito exaltados na história da presença da religião na escola, mas também aos movimentos feitos no interior das sociedades a partir das crenças vividas por elas.

Contudo, mesmo que adotemos uma noção de que o papel do ERE é o de educar para o desenvolvimento de ações éticas e de uma postura moral frente às questões impostas pelo cotidiano, muitas categorias estudadas pela história são utilizadas e podem apontar caminhos para professores e alunos.

Segundo Marcondes

Na acepção da palavra, ética é uma palavra transliterada do grego *Ethos*. Uma primeira acepção de *ethos* [com eta inicial] designa a morada do homem e do animal e geral. O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar, de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. A metáfora da morada e do abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo se torna habitável para o homem. O domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no

qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. Por conseguinte, o espaço do *ethos* enquanto humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído. Nunca a casa do *ethos* está pronta e acabada para o homem, e esse seu essencial inacabamento é o signo da presença há um tempo próximo e infinitamente distante. (p.03)

O entendimento da ética na perspectiva proposta pela autora leva em conta não apenas a etimologia, que busca na história e na lingüística os seus fundamentos, mas é também na história, sobretudo nos debates a cerca da antiguidade que aprofundamos o *ethos* e seus desdobramentos na vida humana. Essas aproximações tem sido feitas por professores de Ensino religioso, na tentativa de fugir de explicações mais proselitistas e tradicionais sobre a condição humana ser boa ou ruim, mas situando bem e mal numa perspectiva contextualizada, embasada pela dinâmica social em que tais conceitos são forjados e aplicados.

Citando o professor Frank Usarski, Marcondes irá apontar ainda quatro pressupostos para o entendimento do fenômeno religioso

- Primeiro, religiões constituem *sistemas simbólicos* com plausibilidades próprias;
- Segundo, do ponto de vista de um indivíduo religioso, a religião caracteriza-se como a afirmação subjetiva da proposta de que existe algo transcendental, algo extra-empírico, algo maior, mais fundamental ou mais poderoso do que a esfera que é imediatamente acessível através do instrumentário sensorial humano;
- Terceiro, religiões se compõem de várias dimensões: tem-se que pensar particularmente na dimensão da fé, na dimensão institucional, na dimensão ritualista, na dimensão da experiência religiosa e na dimensão ética;
- Quarto, religiões cumprem *funções individuais e sociais*. Elas dão sentido para a vida, elas alimentam esperanças para o futuro próximo ou remoto, sentido esse que algumas vezes transcende o da vida atual, e com isso tem a potencialidade de compensar sofrimentos imediatos. (p. 4)

É importante situar o ERE abordado neste trabalho, como um ERE confessional, ou melhor dito: de escolas confessionais. Uma vez que a sua abordagem na perspectiva de área do conhecimento, não condiz com um olhar que seja dado, apenas pelo ângulo da instituição mantenedora. Contudo, o fato das escolas escolhidas para a pesquisa¹⁰ serem todas da rede particular e

¹⁰ Colégio Santa Teresa de Jesus de Porto Alegre;
Colégio Salesiano Dom Bosco de Porto Alegre;
Colégio Espírito Santo de Canoas.

mais especificamente, escolas católicas, é importante que tenhamos um olhar para a confessionalidade. Os pressupostos que tangem a educação confessional são a crença e a religião. Chamamos de instituição confessional aquela que adota uma confissão religiosa explícita no trabalho a que se pretende. Sendo assim, cada instituição, e no caso das escolas católicas mantidas por congregações religiosas isto fica mais evidente, irá propor o seu trabalho, pautada pelo carisma presente na instituição, normalmente o carisma é dado pela experiência de vida e intelectual dos fundadores de cada congregação (Santo Enriquer de Ossó para as Irmãs Teresianas, Arnaldo Janssen para as Missionárias Servas do Espírito Santo e Dom Bosco para os Salesianos). Na Proposta Educativa Teresiana (PET), documento da congregação Cia de Santa Teresa de Jesus, o carisma a que todos os funcionários, professores e alunos estarão vinculados fica expresso em todas as partes do documento.

A Companhia de Santa Teresa de Jesus, em seu XIV capítulo, quis situar-se, como um novo Emaús, escutando o Ressuscitado para compreender-se à luz de sua palavra e para, ao arder o coração, pôr-se a caminho. E se viu imersa em uma cultura global, fazendo parte de uma variedade de mundos culturais, sendo ela mesma expressão de uma grande diversidade. Assumindo a incerteza própria da mudança de paradigmas, pôs-se em busca e a contemplar a missão educativa que pedia uma reformulação de seu IDEÁRIO, a atualização da PEDAGOGIA TERESIANA. Apelava-se para o diálogo, reflexão e discernimento como uma urgência para a construção de um marco prévio para as pautas operativas. Propunha-se como processo de conversão que haveria de partir da relação das comunidades com seus entornos culturais. Assim, se iniciou a construção da Proposta educativa Teresiana, REFERENCIAL para a ação educativa da Companhia. (PET, p.05)

Apresentando a proposta à comunidade educativa, a companhia de Santa Teresa de Jesus, irá basear sua justificativa antes de mais nada em Jesus Cristo na medida em que retoma uma narrativa bíblica do novo testamento já no início da apresentação. Poderíamos dizer que praticamente todas as instituições de ensino, sejam particulares ou públicas, estão ligadas à uma confessionalidade, uma vez que por trás de toda a sua atuação, há uma visão de mundo, de ser humano, de educação, uma identidade e uma ideologia que norteia todas as ações da instituição e determina seus pressupostos metodológicos. Nas instituições de cunho religioso, a diferença está no fato de que o credo que ampara a metodologia está explícito e se situa no campo da

espiritualidade. Contudo, a instituição confessional não pode forçar seus alunos, professores e funcionários a assumirem a confissão religiosa que a orienta, mesmo que todas as atitudes levadas a cabo pela instituição, seja no campo educacional, no trato com os pais, na inserção comunitária estejam ligadas e inspiradas pelo carisma. A pluralidade e diversidade em que vive a sociedade contemporânea não permitem este tipo de proselitismo. Entretanto, como instituição confessional, é reservado o direito de assumir sua crença e agir politicamente a partir de tal.

O propósito da educação confessional, é encorajar seus alunos a pensar e agir reflexivamente por si mesmos, em vez de apenas responder à palavra ou vontade de qualquer figura de autoridade. Os indivíduos devem ser conduzidos à condição de poderem tomar suas próprias decisões e ser responsáveis por elas sem serem persuadidos, dirigidos, e/ou forçados por uma autoridade poderosa. Eles não estão sob o controle de outros, mas estão tomando suas próprias decisões sobre Deus e seus semelhantes.
(MARCONDES, 2004, p. 06)

Outra questão que preocupa as instituições no que tange o EE é a escolha e preparo do professor. Não há nenhum curso de graduação que habilite o profissional, em termos legais, para lecionar ERE. Os cursos de teologia são apenas em caráter de Bacharelado e mesmo assim, costumam estar voltados muito mais para as questões dogmáticas, do que para o fenômeno religioso, que é o objeto de estudo do Ensino Religioso Escolar. Além disso, é necessário pensar em como manter a confessionalidade diante da pluralidade da sociedade contemporânea, sobretudo no que diz respeito a juventude.

O fenômeno religioso não tem sua expressão restrita aos rituais. Se observarmos bem as nossas cidades, encontramos, às vezes, na mesma rua ou no mesmo bairro, vários templos freqüentados por grupos diferentes, embora portadores da mesma cultura. As pessoas que freqüentam uma casa de oração aceitam o que os dirigentes da mesma ensinam e tem dificuldades de aceitar o que os dirigentes do outro templo pregam. Mesmo que o conteúdo teológico seja o mesmo, contudo é possível que pessoas de um grupo rejeitem e acusem as pessoas do outro, só pelo fato de freqüentarem templos diferentes. Deus a quem se presta culto é o mesmo, por que então tantas divisões entre os homens por causa da religião? As guerras religiosas na Irlanda, Irã e Índia mostram que o fenômeno religioso revela a pertença a um determinado grupo-social-religioso. Denominamos esse tipo de manifestação com o nome de instituição religiosa, ou seja, as igrejas, grupos institucionalizados e outras formas de organização religiosa. Para localizarmos a questão, é bom perceber que o termo religião é utilizado para designar as grandes doutrinas históricas, como Cristianismo, Judaísmo, Islamismo, Budismo, e assim dizemos, a religião cristã, judaica, islâmica,

budista, dos astecas, inkas e outras. O mesmo termo, popularmente, é utilizado quando designamos vários grupos humanos que professam a mesma doutrina. Dizemos pois, religião luterana, religião católica, metodista, presbiteriana, assembleia de Deus. Neste caso, o termo "religião" é atribuído a um grupo institucionalizado, em forma de Igreja. (BENINCA,1992, p. 03)

Além de apontar para o tipo de abordagem que o professor irá precisar para ministrar as aulas de ensino religioso, seja ela uma abordagem ampla e firmada na identificação e compreensão da religiosidade enquanto fenômeno, a autora também demonstra que este profissional, para atingir os objetivos a que se propõe, necessita de conhecimento vindo de matrizes historiográficas. Contudo, ainda encontramos na literatura que trata do tema, abordagens equivocadas, como as apresentadas no documento da CNBB Regional Sul III¹¹

O professor tem o direito a uma formação religiosa e profissional sólida que lhe dê condições de viver e expressar a sua fé cristã e assumir o ERE como missão evangelizadora.

Cabe-lhe o acesso a cursos que o habilitem como professor de ERE em iguais condições às dos demais profissionais de Educação, incluindo as áreas humanística, religiosa, bíblico-teológica, moral e metodológica.

Tem ele, por isso, o dever de buscar sua formação e atualização e também o registro como professor de ERE, mediante a credenciação por parte das autoridades confessionais.

Segue as orientações das autoridades confessionais e as integra no conjunto pedagógico-administrativo da escola.

Cultiva uma profunda espiritualidade própria do educador cristão. (CNBB, 1996, p. 140)

No entendimento do ERE como a disciplina dentro da escola que tem como objeto de estudo o Fenômeno Religioso, a proposição e orientação da CNBB é equivocada. Não se pode exigir do professor uma confissão religiosa, nem exigir que a sua prática pedagógica seja assumida como missão evangelizadora, uma vez que entendemos que a confessionalidade da instituição está expressa em toda a prática político-pedagógica da escola, ou seja, todos os professores e funcionários deveriam, a partir de uma perspectiva confessional, ser representante da missão maior da instituição, seja ela a educação para a liberdade, a consciência crítica e o exercício pleno da cidadania, elementos que aparecem no discurso de todas as instituições entrevistadas.

¹¹ O Regional Sul III da CNBB corresponde ao Estado do Rio Grande do Sul.

3. O PAPEL E O COMPROMISSO DA CONFESSSIONALIDADE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO

Embora controverso, o ERE é visto, quando apresentado como área do conhecimento e calcado em um debate que leve em conta as questões atuais sobre religiosidade além de estar conectado com saberes múltiplos, de disciplinas diversas, como muito importante pela comunidade escolar. Alunos, professores e coordenações pedagógicas de escolas confessionais, falam inclusive do componente curricular como fundamental para garantir aquilo à que as escolas se propõem: uma educação transformadora, a formação de sujeitos críticos, alunos com capacidade de relacionar conhecimentos, etc. Vemos como pista de ação para este trabalho na sala de aula, a busca por um diálogo mais amplo com as ciências humanas e um olhar sério para a função de educar que não se restringe a uma ou outra área.

3.1 ERE na Sala de Aula, Ouvindo Professores e Alunos

A pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” abordou o tema religião perguntando aos jovens a que confissão religiosa eles pertenciam. Do universo de mais de dois mil jovens entrevistados, 65% se identificaram como Católicos. Segundo Regina Novaes

Relacionando religião e transferência intergeracional, especificamente para o Rio de Janeiro, o demógrafo René Decol (2001) afirmou que o fluxo atitudinal de católicos para outros grupos ganhou proporções de “mudança social” na medida em que está alterando significativamente e de forma definitiva o perfil religioso da população. Segundo o autor, o processo tem um componente demográfico: à medida que os grupos populacionais (coortes) se sucedem no tempo, menos adultos em idade de reprodução se declaram católicos, resultando em número cada vez menos de crianças recebendo influência desta natureza. A tendência é um menor número de católicos no interior de cada coorte, fazendo com que a porcentagem de católicos no conjunto da população decline de forma cada vez mais acentuada. (2005, p 267)

Esta afirmação da autora nos apontaria para a necessidade de a fé católica se manifestar no sentido de buscar novos fiéis ou manter aqueles que estão presentes no seu interior. De modo especial, como já mencionamos anteriormente, este olhar tem sido feito sobre os jovens. Ainda pensando a pesquisa nacional, a mesma autora irá afirmar

Diante deste cenário rico e complexo, tornam-se preciosos os resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”. Eles nos permitem perceber que, na busca de apreender os efeitos sociais das crenças e pertencimentos religiosos dos jovens, dois extremos devem ser logo descartados. A idéia de que a religião não faz diferença para a complexa vida social contemporânea, para o aqui e agora, resulta na amputação de uma parte importante do imaginário social dos jovens de hoje, empobrece as análises. Mas a idéia oposta, de que a força proselitista de certas religiões é tão forte que – não se submetendo a circunstâncias e contextos – Teria o poder de por si fazer retroagir conquistas republicanas, também pode esconder outros tantos preconceitos. preconceitos confessionais e/ou iluministas? Tanto faz, o prejuízo é o mesmo (se o objetivo é se aproximar e conhecer mais a experiência de certos segmentos juventude brasileira). (sic, p. 290)

A elaboração de conceitos e conhecimentos a partir da experiência religiosa juvenil e mais do que isso, a apresentação por parte da escola confessional de uma abordagem do fenômeno religioso, deve levar em conta o jovem para quem este conhecimento está sendo dirigido e a impressão que este jovem tem do papel do conhecimento que lhe é ofertado na escola. Sobretudo sabendo-se que, mesmo a escola sendo confessional, o aluno tem o direito de se recusar a participar das aulas de ERE.

Contudo é importante termos a noção de que a expressão da religiosidade hoje está afetada por diversos fatores de cunho social e cultural que não existiam (pelo menos não da mesma maneira) até o final do século XX.

Mesmo a religião não constitui mais um contrapoder no avanço do consumo-mundo. À diferença do passado, a Igreja não alega mais as noções de pecado mortal, não exalta mais nem o sacrifício nem a renúncia. O rigorismo e a culpabilização foram muito atenuados, ao mesmo tempo que as antigas temáticas do sofrimento e da mortificação. Enquanto as idéias de prazer e de desejo são cada vez menos associadas à “tentação”, a necessidade de carregar a sua cruz na terra desapareceu. Já não se trata tanto de inculcar a aceitação das provações quanto de responder às decepções relativas à mitologias seculares que não conseguiram cumprir sua promessa e de proporcionar a dimensão espiritual necessária ao desabrochamento completo da pessoa. De uma religião centrada na salvação no além, o cristianismo se transformou em uma religião a serviço da felicidade intramundana, enfatizando os valores da solidariedade e do amor, a harmonia, a paz interior, a realização total da pessoa. Por aí se vê que somos menos testemunhas de um “retorno” do religioso que de uma reinterpretação global do cristianismo, que se ajustou aos ideais de felicidade, de hedonismo, de desabrochamento dos indivíduos difundidos pelo capitalismo de consumo: o universo hiperbólico do consumo não foi o túmulo da religião, mas o instrumento de sua adaptação à civilização moderna da felicidade terrestre. (LIPOVETSKY, 2007, p.131)

Na fala de um aluno do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Espírito Santo sobre as aulas de ERE: “As aulas foram, a maioria extrovertidas, porém, algumas vezes as aulas abordam assuntos que não são de interesse nosso e faz com que diminua a vontade de ter essa aula. Com um assunto importante e legal de ser discutido, a aula flui mais e até nosso comportamento melhora”. Ainda na mesma escola que tem como metodologia para o ERE o debate sobre o fenômeno religioso e a disciplina é tratada como área de conhecimento (apenas no Ensino Médio, no Ensino Fundamental o ensino é caracterizado como confessional com abertura para discutir “valores da sociedade”) uma aluna do 1º ano irá dizer:

“O professor começou esse ano, então no início foi meio estranho, porque todo professor que entra aqui entra sem moral nenhuma, e o esse professor de ER de 2011 conseguiu conquistar a moral que ele merece, e com isso, ficou mais amigo de seus alunos, conseguiu ensinar e passar cultura para os mesmos. Acho que esse ano, foi um ano muito bom para o conceito da matéria “religião” no CES (Colégio Espírito Santo)”. O que a aluna trata por “moral” é a mesma queixa que os professores de ERE fazem ao dizerem que na avaliação e mesmo no respeito dos alunos pela disciplina é muito pouco se comparado com as disciplinas obrigatórias, essa sensação é fruto da não obrigatoriedade de matrícula e também da falta de preparo de professores e a abordagem, principalmente nas escolas confessionais na ótica da catequese e não do estudo do fenômeno. Quando se refere ao fato de que o professor conseguiu “ensinar e passar cultura” ela se refere às abordagens feitas que levam em conta os contextos históricos em que as religiões aparecem e na relação entre pensamento crítico e religiosidade que a metodologia propõe.

Como o ensino religioso projetado para a escola brasileira visa o diálogo interreligioso, a reflexão de sala de aula não pode desconhecer a diversidade de culturas e, por isso, a multiplicidade de manifestações do fenômeno religioso, bem como, dos preconceitos que as religiões instituídas mantém frente às expressões populares. A sala de aula, também, se constitui em espaço de conflito entre as próprias instituições religiosas, quando a sobrevivência das mesmas depende da proteção e controle do núcleo religioso de verdades, princípios sociais e políticos que cada uma defende.

A redução da temática religiosa ao nível de uma ciência, no caso a Antropologia, parece dispensar a dimensão da fé e esvaziar o conteúdo teológico do ensino religioso. Esse conflito, nem sempre explícito na consciência dos professores de ensino religioso e dos alunos, por isso muito pouco refletido de forma coletiva, poderá ter

repercussões muito profundas na consciência religiosa das pessoas, provocando atitudes de desespero, cinismo e descrédito, por parte de alguns, bem como de atitudes refletidas e maduras por parte de outros. (BENINCA, 1992, p.148)

Sobre o fenômeno religioso ainda podemos ressaltar sua origem etimológica na palavra grega *Phainomenon*¹², “o que aparece”, aparece em todas as sociedades humanas, tem papel central na constituição da condição humana, atravessa todas as classes sociais. Enquanto que sobre Religião encontramos no latim o “*Religare*” onde re: Prefixo que significa volta, retorno, regresso e atar, prender em laço, encadear, tornar conexo, unir.

Quando perguntados sobre o papel e conceito de religião, algumas expressões chamam atenção, seja por aparecerem mais de uma vez nas falas dos alunos e professores, seja pela peculiaridade da expressão utilizada: sentido do universo e do ser humano, é algo ligado ao coletivo, ao comunitário, a convivência, ao espiritual, ao sagrado, à moral, ao normativo, à ética, ilusão, mito, consolo, crenças, valores, forma de vida, modo de ser, espiritualidade e anseio revolucionário – impulso para o novo.

Ao contrário do que poderíamos supor a relação dos jovens com a religião desperta ainda muito interesse. Alguns pensadores têm atribuído esse interesse repentino às práticas discursivas assumidas por grupos políticos específicos, especialmente após os atentados de 2001. Na transcendência o ser humano busca fora de si, respostas para as questões de dentro de si... esta é uma experiência religiosa; (Religar – explicar aquilo que está sem explicação); Muitas vezes a experiência religiosa é apenas cultural, não transcendente. Ela é transcendente quando a experiência de Deus é uma resposta a uma revelação de Deus que se concretiza em uma missão religiosa. Ainda assim, a resposta dada é feita dentro de uma cultura específica. A cultura cristã precisa fazer a autocrítica e se perguntar: “Quem nos assegura que outras culturas (Islã, Judaica, Hindu,...) não apresentam as sementes do verbo”? Neste caso, o mistério também se liga à dimensão religiosa-cultural.

¹² CUNHA, dicionário Etimológico 1986;

3.2 A Escola Confessional e o Compromisso com a Utopia

Quando nos encaminhávamos para a morte definitiva de Deus diante dos armamentos, das guerras e do avanço científico, morte já anunciada tantas vezes pelos cientistas (se não a morte da idéia de Deus, a morte das religiões parecia certa) uma nova onda de debates sobre o tema ocupa intelectuais e líderes religiosos que ora lutam em campos contrários, ora do mesmo lado da batalha.

Vimos porém, que nem todas as pessoas religiosas se voltavam para “Deus” em busca de uma explicação do universo. Para muitas as provas eram uma cortina de fumaça. A ciência só era vista como uma ameaça pelos cristãos ocidentais que interpretavam as escrituras ao pé da letra e achavam que as doutrinas lidavam com fatos objetivos concretos. Os cientistas e os filósofos que não encontram espaço para Deus em seus sistemas geralmente se referem à idéia de Deus como Causa Primeira, noção que judeus, mulçumanos e cristãos ortodoxos gregos acabaram abandonando na Idade Média. O “Deus” mais subjetivo que eles buscavam não podia ser provado como se fosse um fato objetivo, idêntico para todos. Localizá-lo num sistema físico do universo era tão impossível quanto localizar o nirvana budista. (ARMSTRONG, 2008, p.469)

Nas listas de conteúdos do ERE nas escolas é muito comum encontrarmos elementos retirados diretamente de uma noção baseada no conhecimento histórico e algumas vezes evocando diretamente esse conhecimento na descrição dos objetivos. Por exemplo: “Conhecer a história, livros e lugares sagrados das Tradições Religiosas (Judaísmo, Budismo, Islamismo, Hinduísmo e Cristianismo), destacando suas semelhanças e diferenças” ou “Relacionar a condição da mulher e da criança no século XVII, o contexto social vivido por Enrique de Ossó, com nossa realidade social atual”¹³. Uma das colaboradoras¹⁴ da Cia de Santa Teresa, formada em Teologia, relatou na entrevista que na rede pública de Marabá, no Pará ela como Teóloga não pode ser professora de ERE por não ter licenciatura (exigida pela legislação brasileira para qualquer exercício da docência, e a teologia é oferecida apenas na ênfase de Bacharelado) e que todos os professores de ERE naquela rede são historiadores.

¹³ Objetivos referentes ao 1º ano do Ensino Médio.

¹⁴ Entrevista concedida no dia 08.11.2011 na casa Provincial da Companhia de Santa Teresa de Jesus em Porto Alegre. A colaboradora acompanha projetos sociais da congregação no Pará e não atua como professora.

Dentro de uma perspectiva de área do conhecimento, que leve em conta o fenômeno religioso nas suas complexidades, o professor não precisa sequer ser um crente, desde que, segundo a orientação das escolas ele domine os conhecimentos necessários para dar conta dos conhecimentos elencados no programas. Olhando as formações dos professores encontramos 3 graduados em teologia e filosofia (todos são ex religiosos), 1 graduado em Filosofia (ex seminarista) e 1 graduado em história. Para o Ensino Médio as escolas têm apenas professores homens, enquanto que no ensino fundamental há mais professoras do que professores, dentre as graduações cursadas pelas professoras estão teologia, letras e pedagogia.

A carga horária é de 2 períodos no 1º e no 2º anos e 1 período no 3º ano em uma das escolas, nas outras duas é de 1 período em todo o Ensino Médio nas outras duas. Entre os objetivos do segundo ano encontramos no colégio Santa Teresa uma menção à noção de martírio: “Entender a relação entre os mártires da terra e os desafios do mundo contemporâneo”. Mesmo uma noção tão cara aos meios religiosos, hoje precisa encontrar uma releitura, ou ao menos uma forma nova de ser apresentada.

O jovem que é sujeito da educação hoje é radicalmente diferente daqueles que se inspiraram e deixaram seduzir por projetos de vida que conduziram seja ao martírio, seja ao heroísmo. A utopia da modernidade preza pelo empenho na transformação social, que não mais depende da vontade divina, mas de um engajamento na luta pelos sujeitos históricos. Tal utopia tira a autoridade de Deus e da Igreja transferindo ao Estado. Trata-se do período de consolidação do Estado-nação. Permeada pelo antropocentrismo, tal utopia que agora se fragmenta em *utopias*, tem como ideal não mais o mártir, mas alguém que se doa pela transformação social papável: os *heróis*, necessários modelos ideais de pessoas que se sacrifiquem pela consolidação dos Estados-Nação.

Os mártires são pessoas que enfrentam desvantagens esmagadoras. Não apenas no sentido de que sua morte é quase certa, mas também de que seu derradeiro sacrifício provavelmente não será valorizado pelos espectadores, muito menos receberá deles o respeito que merece: talvez precise esperar muito tempo até mesmo para ser reconhecido como um sacrifício em prol de uma boa causa. Girard cunhou o termo “contágio mimético” para denotar o

provável comportamento dos observadores e participantes, desejosos ou relutantes, do evento. (BAUMAN, 2005, p. 58)

Para compreendermos a relação entre os jovens e os modelos a que a educação pode lhes apresentar, precisamos refletir um pouco sobre os modelos humanos apresentados ao longo do tempo e as características das sociedades que os fundaram.

Nenhuma sociedade e nenhum ser humano pode viver sem um modelo que os guie e sirva como parâmetro para os seus desejos e decisões. Pois, todos os seres humanos nascem com o desejo de “ser”, mas sem saber o que desejar concretamente. Isto é, nós seres humanos somos inicialmente seres desejantes de desejos indeterminados. Nós precisamos de um modelo de desejos que nos indique concretamente o que desejarmos e que tipo de ser humano queremos ser. (SUNG, 2005 p.74)

O caminho religioso de modo geral, aponta para uma utopia. O “Reino” o “nirvana”, os ideais de sociedades justas e desenvolvidas para que os homens vivam bem, são utopias sociais apresentadas de alguma forma pelo pensamento religioso. Partindo de uma postura individual de ideal o sujeito constrói a utopia à medida que esta, por sua vez, abarca uma dimensão social, trata-se de um desejo de sociedade ou mesmo de humanidade. A utopia tem similaridade com o ideal, mas no âmbito não mais individual e sim comunitário, social, trata-se de um desejo comum. Da relação de pessoas que almejam ideais semelhantes a utopia é construída. Utopia é um desejo de sociedade que se trata de uma mentalidade, permeia os ideais de pessoas atingindo em suas vidas.

Diante da negligência com que os homens, geralmente, tratam essa “ocupação”, os moralistas consideram que é seu dever empregar todos os meios para esclarecer os semelhantes sobre as condições físicas, morais e afetivas que permitem alcançar a vida feliz. Eis a moral erigida em ciência da felicidade, a única a ser realmente útil aos homens. Moral da felicidade, mas também sonhos de felicidade: os discursos utópicos que imaginam uma sociedade diferente, reconciliada com a felicidade, multiplicam-se poemas, canções e peças de teatro a pôe em cena; mesmo o ambiente da vida (residências, interiores, jardins, mobiliário, modas, bibelôs, decoração) concretiza o novo primado reconhecido aos prazeres e à vida radiante. A secularização do mundo caminhou junto com a sacralização da felicidade terrena. (LIPOVETSKY, 2007, p. 333)

Percebemos assim que algumas utopias são características de um momento específico em determinada sociedade. É papel de uma educação comprometida com a transformação das estruturas sociais, e a educação

confessional é uma educação comprometida com a utopia da sua confessionalidade, alimentar no educando a visão de um mundo que está em transformação rumo à utopia sagrada. E se pensarmos a utopia do Reino pregada pelos dogmas católicos, o que está em jogo é uma reinterpretação do mundo numa ótica de solidariedade que precisa impor-se para além do que a sociedade de consumo aponta como desejo legítimo dos sujeitos. Sobre a inquietude necessária para a transformação das estruturas sociais desencadeada desde a sala de aula, Paulo Freire nos diz

O necessário é que, subordinado, embora à prática “bancária”, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Essa é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes. Isto não significa, porém, que nos seja indiferente ser um educador “bancário” ou um educador “problematizador”. (FREIRE, 1996, p. 12)

Observando o fato da contemporaneidade apontar para um sujeito individualista e desconectado do compromisso com causas coletivas é papel de uma educação que se propõe libertadora/ transformadora (nas palavras da Proposta Educativa Teresiana), que provoque adolescentes e jovens a fazer uma reflexão.

A proclamada morte da História que significa, em última análise, a morte da utopia e do sonho, reforça, indiscutivelmente, os mecanismos de asfixia da liberdade. Daí que a briga pelo resgate do sentido da utopia de que a prática educativa humanizante não pode deixar de estar impregnada tenha de ser uma sua constante.

Quanto mais me deixe seduzir pela aceitação da morte da História tanto mais admito que a impossibilidade do amanhã diferente implica a eternidade do hoje neo-liberal que aí está, e a permanência do hoje mata em mim a possibilidade de sonhar. Desproblematizando o tempo, a chamada morte da História decreta o imobilismo que nega o ser humano.

A desconsideração total pela formação integral do ser humano e a sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo. Nesse caso, falar a, que, na perspectiva democrática é um possível momento do falar com, nem sequer é ensaiado. A desconsideração total pela formação integral do ser humano, a sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo a que falta, por isso mesmo, a intenção de sua democratização no falar com. (sic, p. 63)

Utopia tem sua gênese no grego “ou”, e “topos”, significando respectivamente “não” e “lugar”. Observamos então que o termo significa o “não-lugar” um “lugar que não existe”.

A comunidade de utopia seria uma sociedade perfeita na organização e na distribuição dos recursos escassos necessários à sobrevivência. Tendo por base Paul Ricoeur “Deste ‘lugar nenhum’ parte um esforço exterior a nós, que nos é estranha, onde nada é certo ou óbvio.

Inspirei-me em Paulo Freire para escrever esse livro. Paulo Freire nos fala em sua Pedagogia da autonomia da “boniteza de ser gente”, da boniteza de ser professor: “ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. Paulo Freire chama a atenção para a essencialidade do componente estético da formação do educador. Coloquei um título que fala de sonho e de sentido que querem dizer a mesma coisa. “Sentido” quer dizer caminho não percorrido mas que se deseja percorrer, portanto, significa projeto, sonho, utopia. Aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente. A pedagogia serve de guia para realizar esse sonho. (GADOTTI, 2003, p. 11)

Aquilo que Moacir Gadotti chama de sentido, é o objetivo para o qual os professores olham quando educam. É muito comum encontrarmos entre os profissionais de educação, pessoas inspiradas por professores da sua infância e adolescência, e essa inspiração geralmente vem acompanhada do horizonte apontado pelo ato de educar, que segundo o autor, oferece sentido tanto ao educador quanto ao educando. Entregar algo de si na educação, é oferecer ao ofício de professor o sentido profundo que move nossa prática, o compromisso com o ato de ensinar história, por exemplo, há muito deixou de ser visto como o esforço de encontrar a mestra da vida, mas na perspectiva da utopia, é colaborar com a emancipação dos sujeitos. Esforço presente nas relações de sentido que vamos oferecer na prática docente.

O Colégio Marista Champagnat de Porto Alegre, tem “Projeto de Vida” como um dos conteúdos do Ensino Médio, em todos os anos, no Colégio Santa Teresa ele aparece também. Este conteúdo nada mais é do que a tentativa das instituições religiosas de encaminhar um projeto de sociedade junto aos estudantes. Contemporaneamente percebemos uma negação da importância e mesmo da existência de utopias. Rompe-se com a dimensão de transcendência e jogamos os sonhos num limbo romântico. Neste contexto, propor um Projeto de Vida, calcado em aspectos como a utopia e o ideal é fazer correr o risco de lançar uma empreitada que será lançada á inutilidade.

Entender a educação como caminho para um projeto, para lançar bases numa nova condição de humano, seja pelo viés do político seja pelo religioso, é uma pista para a ação docente não apenas nos espaços confessionais. Não queremos incorrer no equívoco de sacralizar a educação, mas o discurso de que lançam mão as instituições religiosas ao proporem aos estudantes um projeto para a vida, desafia a educação a se pensar maior, mas cheia de si, mais cheia de sentido.

CONCLUSÃO

A intenção deste trabalho era abrir uma discussão sobre o papel do Ensino Religioso Escolar no que diz respeito à sua presença como componente curricular do Ensino Médio em escolas confessionais de Porto Alegre. A pesquisa nas escolas e a revisão bibliográfica apontaram para uma reflexão calcada na história da educação brasileira e nas relações entre ensino, religião, aprendizado e por outro lado na aproximação e nos afastamentos da Igreja com o estado, fazendo parecer que a presença da religião na escola foi utilizada como moeda de troca dos interesses de ambas as instituições.

Praticamente desde a chegada dos portugueses ao Brasil, que a religião tem lançado mão da educação no sentido de garantir uma propagação da fé através da presença da religiosidade na sala de aula. Hoje o debate e os avanços da educação fez com que mesmo as escolas confessionais precisassem rever o seu papel e obrigou o ensino religioso escolar a fazer um debate sobre a sua função pedagógica e oferecer na prática cotidiana de sala de aula, um sentido para os estudantes que fosse para além do meramente dogmático.

Vimos um ERE encurralado por um novo contexto educacional em que escola e professores são também prestadores de serviço. Numa sociedade consumidora. Este status faz com que todas as aulas tenham que oferecer, além de uma aprendizagem de qualidade (visto que as escolas confessionais educam com vista à excelência acadêmica, que no Brasil se expressa pela aprovação no vestibular) também prazer aos educandos que exigem “aulas diversificadas e menos monótonas”. Por outro lado o ERE também precisava garantir aquilo de específico que a escola confessional tem que é o carisma da congregação mantenedora.

Para resolver tal impasse, professores, coordenadores e mantenedoras irão reinventar o componente curricular no sentido de torná-lo mais próximo das ciências humanas, apostando numa abordagem interdisciplinar e evitando proselitismos, este esforço feito por escolha das mantenedoras, uma vez que a legislação brasileira não versa sobre o Ensino Religioso em escolas particulares.

A opção de diluir a confessionalidade da escola em todos os setores da instituição, retira do ERE a obrigatoriedade de ser ele o responsável pela catolicidade do espaço escolar.

A escuta de alunos e professores nos mostrou uma escola preocupada em oferecer sentido às suas práticas ao mesmo tempo que um espaço preocupado em não ferir do ponto de vista ético, a diversidade de crenças que estão presentes dentre as famílias dos alunos.

Questões como a escolha de professores, a avaliação dos processos de aprendizagem e a obrigatoriedade ou não da participação dos alunos nas aulas de ERE também são vistas como importantes ao concluir este trabalho. As pistas de ação que tentamos apontar quando da conclusão do texto, apontam para uma educação que ofereça aos alunos aquilo que as instituições confessionais tem de próprio, ou seja, que a comunidade escolar mesmo que não focada na cristianização, possa redescobrir a utopia como forma de modificar os padrões vigentes de apatia e desinteresse dos adolescentes e jovens pelo espaço escolar.

Oferecer sentido na educação a partir da experiência religiosa é não apenas provocar reflexões sobre o fenômeno religioso, mas é também valorizar as diversidades, uma vez que como estudo fenomenológico não pode se prender a uma única matriz religiosa, e é também um esforço de buscar no conhecimento religioso maneiras de interpretar o mundo que sejam tão válidas para aqueles que delas lançam mão, quanto é o conhecimento científico, uma vez que eles não se opõe, visto que partem de pressupostos distintos e apenas por mau uso do conhecimento como poder, tornam-se antagônicos.

BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, Karen. Uma História de Deus – São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENINCA, Eli. Cultura e educação Popular. Universidade de Passo Fundo e instituto de teologia e Pastoral de Passo Fundo. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF: 1992.

BEOZZO, José Oscar. Cristãos na Universidade e na Política. Petrópolis: Vozes, 1984.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2004.

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.

CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: Legislação e seus Desdobramentos nas Salas de Aula do Brasil . Comunicações do 3º Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Disponível em: <http://www.wftl.org/pdf/038.pdf> Visitado em 21/11/2011

Companhia de santa Teresa de Jesus. Proposta Educativa Teresiana: 2005.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Conclusões da Conferência de Puebla. Evangelização no futuro e no presente da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais. Brasília: Edições CNBB, 2007

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB, 2007.

COSTELLA, Domenico. O fundamento Epistemológico do Ensino Religioso *in*: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo e WAGNER, Raul (Org). Ensino Religioso no Brasil. Curitiba: Editora Champagnat, 2004.

ELIADE, Mircea, Tratado de História das Religiões. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. Ensino Religioso, Perspectivas Pedagógicas – Petrópolis, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido* – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GANDIN, L. A. *Educação Libertadora: avanços e limites*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNIO, João Batista. *Utopia e esperança cristã*. São Paulo: Loyola, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARCONDES, Lea Rocha Lima e; SEEHABER, Liliana C. A identidade do Ensino Religioso: Do Rito Cristão na História da educação Brasileira. *Revista Educação em Movimento*, Curitiba, v. 3, n. 9, p.17-28, set./dez. 2004.

MORUS, Tomás. *A utopia*. 8ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.

NOVAES, Regina. Juventude, Percepções e Comportamentos: A Religião Faz Diferença? *In: ABRAMO, Helena e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da Juventude Brasileira, Análises de Uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania: 2005

OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. *Ensino Religioso: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2007.

RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações Sobre as Relações Entre Juventude e a Escola no Brasil. *In: Jovenes: Revista de Estudios sobre Juventud*. Ano 9, Num. 22 Janeiro – Junho 2005: Centro de Investigación y Estudios Sobre Juventud/ Secretaria de Educación Pública de México.

SUNG, Jung Mo. *Desejo, Mercado e Religião*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Sementes da esperança*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

Lista de Anexos

Anexo 1 Questionário Respondido pelos Alunos

Anexo 2 Questionário Respondido Pelos Professores

Anexo 3Lista de Conteúdos do Ensino Médio do Colégio Marista
Champagnat

Anexo 4Lista de Conteúdos e Objetivos do Ensino Médio (Separada
por ano) do Colégio Santa Teresa de Jesus de Porto Alegre

Questionário Para os Alunos

Escola:

Idade:

Faça uma avaliação da sua experiência com o E.R.E na sua escola (Conte um pouco de como é a abordagem dos conteúdos diferenciando Ensino Fundamental do Ensino Médio:

Que conhecimentos são importantes para o seu processo escolar e devem ser trabalhados pelo E.R.E:

Que conhecimentos/ conteúdos de outras disciplinas são importantes para o entendimento do ERE?

Que metodologias são mais adequadas para o ensino médio?

Que aspectos devem ser modificados no ensino religioso escolar na sua escola?

.

Anexo 2

Questionário Respondido Pelos Professores

Idade:

Escola:

Formação:

Carga Horária do ERE na escola onde trabalha:

Metodologias mais utilizadas no preparo das aulas de ERE:

Quais as possibilidades de trabalho conjunto com outras disciplinas?

Quais as maiores dificuldades encontradas no exercício da docência em ERE?

Como a sua formação acadêmica colabora no preparo das aulas de ERE?

Anexo 3



Listagem de Conteúdos Ensino Religiosos Escolar – Ensino Médio

Série	Conteúdos
1º Ano	<ul style="list-style-type: none"> • Religiosidade: implicações na cultura, ciência e tecnologia • Identidade religiosa: herança, experiência ou opção? • Construção simbólica nas Tradições Religiosas; • Mito e cultura • Sistemas simbólicos • Alteridade • Projeto de vida; • Espiritualidade Juvenil;
2º Ano	<ul style="list-style-type: none"> • Símbolo, signo, metáfora e alegoria das narrativas sagradas • Processos de relação entre culturas religiosas: aculturação, sincretismo e resistência; • Pluralidade e homogeneização cultural-religiosa; • Alteridade • Diálogo inter-religioso • Projeto de vida; • Espiritualidade Juvenil;
3º Ano	<ul style="list-style-type: none"> • O sentido de viver: solidariedade, amor, felicidade, liberdade, o ter, possuir, consumir, o prazer. • Alteridade • Mercado religioso: opções dentro de uma sociedade midiática; • Vivência relacional com os pares e com o grupo • Eutanásia, suicídio, aborto, clonagem: as situações limite e as respostas das tradições religiosas; • Projeto de vida; • O lugar do corpo e o corpo como lugar; • Espiritualidade Juvenil;

Anexo 4

ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR

1º ANO – ENSINO MÉDIO

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS-AULA

CONTEÚDO	OBJETIVOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tradições Religiosas e seus projetos de paz; 2. A criação na visão da ciência e das Tradições Religiosas; 3. Contribuições das Tradições Religiosas para a transformação do mundo; 4. O Mundo do trabalho e seus conflitos na perspectiva da relação de gênero; 5. Juventude X Construção da Identidade 6. A dignidade humana: A pessoa humana tem direitos e deveres invioláveis; 7. Complementaridade dos seres humanos na construção de um mundo novo e diferente; 8. A pessoa humana e a dimensão religiosa; 9. As ciências e suas descobertas: questões éticas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e relacionar os elementos da Cultura de paz e diálogo presentes nos escritos sagrados das TRs; 2. Confrontar os pontos comuns e divergentes na Criação do Mundo presentes nas Tradições Religiosas em contraponto com a ciência; 3. Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; 4. Relacionar a participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, entre os períodos industrial e (pós) modernidade; 5. Conhecer os diferentes grupos juvenis e identificar as influencias que exercem sobre a juventude; 6. Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de apontar aspectos que são violados em nossa realidade; 7. Compreender, a partir de elementos da história, que as escolhas pessoais, quando relacionadas ao bem comum, influenciam no contexto social, político, cultural e religioso; 8. Pesquisar e analisar de forma crítica a dimensão religiosa presente no processo

	<p>de desenvolvimento humano;</p> <p>9. Conhecer os avanços e descobertas científicas, numa perspectiva ética, destacando as suas contribuições no processo de mudanças sócio-histórico.</p>
--	--

CONTEÚDO	OBJETIVOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pluralismo religioso; 2. Ecumenismo e Sincretismo; 3. Novos movimentos religiosos como Nova Era, Carismáticos; 4. Referenciais e limites éticos do agir humano nas várias TRs; 5. Estrutura e organização da sociedade: Conflitos entre grupos e classes; 6. O mundo da comunicação: MCS – Novas Tecnologias; 7. Características do ser humano e a relação com o transcendente; 8. Projeto de vida; 9. Cidadania planetária- Como surgiu: Um conceito da modernidade, Ecologia ambiental e social; 10. O ser humano como construtor da história e promotor da vida plena num processo contínuo de mudança de mentalidade e de transformação da sociedade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer a diversidade e o pluralismo cultural e religioso nas TRs, percebendo como se manifesta a busca do sagrado nos novos movimentos religiosos; 2. Estabelecer um paralelo, entre ecumenismo e sincretismo religioso, percebendo suas diferenças e discernindo os elementos essenciais; 3. Reconhecer os diferentes tipos de valores propostos pelas TRs referente ao agir humano; 4. Compreender a organização e a estrutura da sociedade atual a fim de perceber as relações e interesses diversos entre grupos e classes sociais; 5. Analisar os Meios de Comunicação e a sua relação com as novas tecnologias; 6. Compreender que o ser humano procura relacionar-se e dialogar com o transcendente; 7. Elaborar um por escrito um Projeto de Vida de acordo com a Metodologia proposta pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano); 8. Relacionar os valores coletivos como cidadania, democracia e solidariedade com a construção de uma sociedade mais justa.

CONTEÚDO	OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> - Diálogo inter-religioso; - Vida após a morte – reencarnação/ ressurreição; - Cosmovisão das TRs; - As tradições religiosas e o fim da história; - A revelação do transcendente nas diversas TRs; - Valores e contra-valores da sociedade global - Consumismo: febre da sociedade global; - Os referenciais do jovem adolescente pós-moderno; - Projeto de vida; - A relação entre ciência e fé: visões que se completam; - Fé e engajamento social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e comparar as doutrinas da reencarnação, ancestralidade, ressurreição e niilismo (nada existe em absoluto) como formas de superar a finitude humana; - Conhecer o conceito de “Cosmovisão” das diferentes TRs; - Analisar a partir das posições das TRs e da ciência, sobre o fim da história (fim do mundo); - Exemplificar práticas de diálogo inter-religioso; - Analisar a influencia dos processos de globalização na convivência humana; - Identificar os referenciais ideológicos dos jovens e adolescentes contemporâneos; - Elaborar um projeto de vida integrando com maior clareza a dimensão pessoal e profissional, compreendendo-se como sujeito em construção; - Relacionar ciência e fé para perceber suas distinções e contribuições com seus respectivos valores humanos éticos e religiosos; - Identificar experiências de fé que levam a um agir coerente e a um engajamento na luta por vida e cidadania.